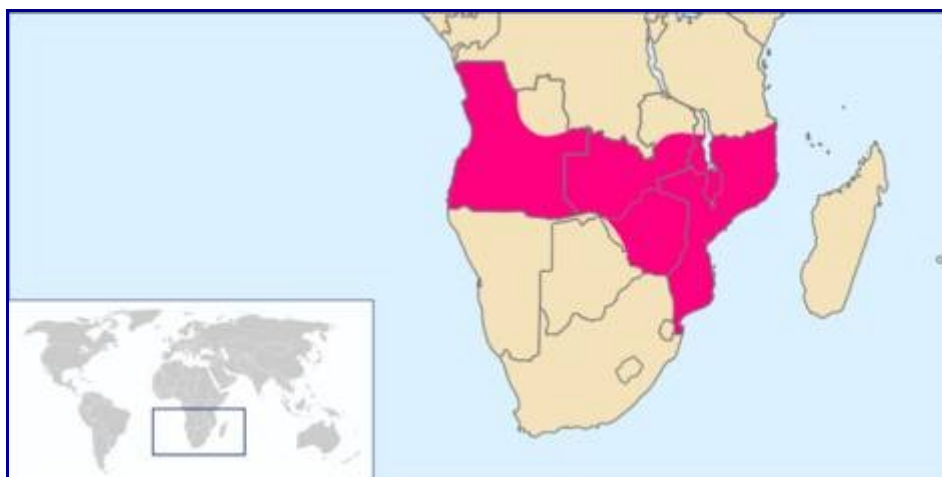


África e o Império Colonial Português (1822-1890)



Mapa Cor-de-Rosa reclamando a soberania de Portugal nos territórios entre Angola e Moçambique.

Após a perda do Brasil, com a independência em 1822, Portugal teve de enfrentar as potências europeias para conservar o resto do seu fragmentado Império: as ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a Guiné continental, as costas da Angola e de Moçambique, as possessões portuguesas nas Índias, Macau e Timor.

Em 1842 Portugal pôs fim ao tráfico negreiro no Império e em 1869 aboliu a escravidão. Esta decisão foi rapidamente contrabalançada por uma legislação trabalhista insistindo na necessidade do trabalho indígena nos campos de algodão ou nas obras públicas. Este trabalho forçado tornou-se numa das características do sistema colonial português ao mesmo título que a "missão civilizadora" até ao fim dos anos 1950 do século XX. Além de serem obrigados ao trabalho e ao pagamento de impostos, as pessoas afetadas, até 1961, pelo estatuto legal de "indígenas" estiveram excluídas da categoria de cidadãos ao qual pertenciam os africanos "integrados" e os colonos europeus.

No final do século XIX, com o crescente interesse das potências europeias por África, tornou-se claro que Portugal deveria também definir uma nova política africana, já que a crescente presença inglesa, francesa e alemã no continente ameaçava a tradicional hegemonia portuguesa. Predominando em Portugal a visão colonial baseada no "direito histórico" alicerçado na primazia da ocupação, Portugal reclamou vastas áreas do continente africano, entrando em colisão com as restantes potências.

A partir da década de 1870 ficou claro que o direito histórico não seria suficiente e que a presença portuguesa dependia do alargamento para o interior das possessões reclamadas. Na Conferência internacional de Berlim (1884-1885), convocada para dirimir os múltiplos conflitos e fixar as zonas de influência de cada potência em África, Portugal perdeu o controlo da foz do rio Congo para Leopoldo II da Bélgica e voltou-se para as terras interiores da Angola e do Moçambique, empreendendo nestas terras várias campanhas de "pacificação".

Nesse contexto, a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou uma subscrição para manter "estações civilizadoras" na zona de influência portuguesa no interior do continente, numa ampla faixa que ligava a costa à contra-costa, de Angola a Moçambique. Para sustentar estas reivindicações foram planeadas explorações ao interior da África, que levaram às famosas expedições de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, entre 1877 e 1885, que mapearam e estudaram o território. Nascia assim o chamado Mapa Cor-de-Rosa, tornado público em 1886.

A expansão colonial africana terminou com o Ultimato britânico de 1890: sob pressão dos Reino Unido Portugal teve de retirar-se e abandonar as suas pretensões nos territórios entre Angola e Moçambique.